

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.583.053 - RS (2019/0273876-8)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : MARCO ANTÔNIO BEZERRA CAMPOS - RS014624
GABRIEL DE FREITAS MELRO MAGADAN - RS044046
DÉBORA MARCELO ALEXANDRE - RS101112
AGRAVADO : JOALHERIA E OTICA WETZEL LTDA
AGRAVADO : LATAO CHAPEAÇÃO E PINTURA DE CABINES LTDA
AGRAVADO : ADMINISTRADORA DE CONSORCIO SPENGLER LTDA
ADVOGADOS : MOACIR LEOPOLDO HAESER - RS045143
AUGUSTINHO GERVASIO GOTTEMS TELOKEN - RS028958

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. 2. LEVANTAMENTO DE VALORES PELA PARTE CONTRÁRIA. CABIMENTO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ 3. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVÊ-LO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por OI S.A. - em recuperação judicial contra decisão que não admitiu o processamento do apelo extremo.

Infere-se dos autos que a Vigésima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul afastou a preliminar apresentada em contrarrazões pelos autores, negou provimento à apelação da ré e deu parcial provimento à apelação dos autores, conforme ementa abaixo colacionada (e-STJ, fls. 1.339-1.340):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. BRASIL TELECOM S/A. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.

PRELIMINAR CONTRARRECURSAL DOS AUTORES.

1. MÁ-FÉ. Não está caracterizada na conduta da parte Brasil Telecom quaisquer das hipóteses citadas no art. 80 do CPC que caracterizam a litigância de má-fé. Preliminar contrarrecursal afastada.

APELAÇÃO DA RÉ.

1. LEVANTAMENTO DE VALORES. No julgamento do agravo de instrumento nº 0034576-58.2016.8.9.19.0000 interposto pela Brasil Telecom em face da decisão que determinou a expedição de alvará dos valores depositados antes de 21.06.2016, assim como, no

julgamento dos posteriores embargos de declaração, a 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro decidiu que inexistente óbice para o levantamento dos valores quando o depósito judicial ou o bloqueio tenha sido realizado anteriormente ao recebimento da recuperação (21.06.2016) e o trânsito em julgado ou a preclusão da impugnação tenha ocorrido antes da referida data. No caso em exame, verifica-se que o bloqueio judicial foi realizado em 12.08.2008, assim como, que a impugnação ao cumprimento de sentença transitou em julgado em 18.11.2010. Destarte, inexistente óbice para o levantamento dos valores pela parte autora, como determinado na sentença.

APELAÇÃO DOS AUTORES.

1. NULIDADE DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO E OMISSÃO. INOCORRÊNCIA.

Embora de forma concisa, o juízo singular fundamentou sua sentença, cumprindo o disposto nos artigos 93, IX, da Constituição Federal e 489, §1º, do Código de Processo Civil. Ademais, a sentença não é citra petita, eis que o julgador não precisa responder a todos os argumentos trazidos pelas partes, cabendo-lhe pronunciar-se sobre as questões suscitadas de maneira fundamentada, prejudicial às alegações.

2. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. Após a realização do depósito judicial pela parte devedora, a correção monetária e os juros passam a ser de responsabilidade da instituição financeira. Portanto, é possível o levantamento, pela parte autora, juros de mora e da correção monetária incidentes no valor de R\$ 716.517,40, sem que resulte em *bis in idem*.

3. EXTINÇÃO DO FEITO. IMPOSSIBILIDADE. Havendo cálculos a serem elaborados pela Perita Judicial, a extinção do feito, neste momento, não é cabível, razão pela qual os autos devem retornar à origem para regular prosseguimento.

PRELIMINAR CONTRARRECURSAL DOS AUTORES AFASTADA. APELAÇÃO DA RÉ DESPROVIDA. APELAÇÃO DOS AUTORES PARCIALMENTE PROVIDA.
(sem grifos no original)

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados.

Nas razões do apelo especial, a recorrente indicou violação aos arts. 49 e 59 da Lei n. 11.101/2005; e 1.022 do CPC/2015.

Defendeu a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional.

Insurgiu-se contra a liberação de valores em favor da parte recorrida, afirmando que o crédito deve se submeter ao plano de recuperação judicial, pois não se enquadra nas hipóteses definidas pela Oitava Câmara Cível do TJRJ.

O processamento do apelo especial não foi admitido pela Corte local, levando a insurgente a interpor o presente agravo, por meio do qual contesta a aplicação dos

óbices apontados na decisão de admissibilidade.

Brevemente relatado, decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do recurso especial.

No tocante à suposta negativa de prestação jurisdicional, é preciso deixar claro que o acórdão recorrido resolveu satisfatoriamente as questões deduzidas no processo, sem incorrer nos vícios de obscuridade, contradição, omissão ou erro material com relação a ponto controvertido relevante, cujo exame pudesse levar a um diferente resultado na prestação de tutela jurisdicional.

Desse modo, aplica-se à espécie o entendimento pacífico do STJ segundo o qual "não se configura a ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022 do Código de Processo Civil/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada" (REsp n. 1.638.961/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 13/12/2016, DJe 2/2/2017).

Quanto ao cerne da controvérsia, o Tribunal estadual concluiu pela possibilidade de levantamento do depósito pela parte recorrida, com base nos seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 1.348-1.350):

Interposto pela Brasil Telecom o agravo de instrumento nº 0034576-58.2016.8.9.19.0000 em face da decisão que determinou a expedição de alvará dos valores depositados antes de 21.06.2016, o Desembargador Cezar Augusto Rodrigues Costa, integrante da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, concedeu o efeito suspensivo ao recurso para vedar o levantamento dos valores depositados judicialmente em qualquer processo.

Contudo, o recurso supracitado foi julgado em 22.11.2016, restando provido, por unanimidade, pela 8ª Câmara Cível do TJ-RJ, revogando o efeito suspensivo concedido anteriormente. *In verbis*:

"Diante do exposto, **VOTO** pelo **CONHECIMENTO e PARCIAL PROVIMENTO** do recurso, revogando o efeito suspensivo concedido, para que a suspensão das ações e execuções, extrajudiciais ou de cumprimento de sentença, provisórias ou definitivas, determinada pelo juiz a quo, não alcance o levantamento de valores depositados pelas recuperandas antes de 21/06/2016, com a expressa finalidade de pagamento, bem como os valores depositados antes da aludida data em execuções nas quais tenha se dado a preclusão ou o trânsito em julgado da sentença de embargos à execução ou da decisão final de impugnação ao cumprimento de sentença, permitindo-se, nestes casos, o levantamento.

Em relação a petição do Dr. Diego da Silva Britto (item 000085), oficie-se à Ordem dos Advogados do Brasil para

aferição de responsabilidade disciplinar por eventual violação ao Código de Ética." (grifei)

Interpostos embargos de declaração, estes foram julgados em 28 de março de 2017 e restaram parcialmente providos para que a suspensão não atinja os valores espontaneamente depositados antes de 21/06/2016, com a finalidade de pagamento, bem como os valores objetos de constrição judicial cuja discussão da matéria tenha se esgotado, seja pelo trânsito em julgado dos embargos à execução, seja pela preclusão da decisão da impugnação, antes de 21/06/2016, independentemente de certidão cartorária...

Portanto, inexiste óbice para o levantamento dos valores quando o depósito judicial ou o bloqueio tenha sido realizado anteriormente ao recebimento da recuperação (21.06.2016) e o trânsito em julgado ou a preclusão da impugnação tenha ocorrido antes da referida data.

No caso em exame, verifica-se que o bloqueio judicial foi realizado em 12.08.2008 (fl. 535), assim como, que a impugnação ao cumprimento de sentença transitou em julgado em 18.11.2010 (fl. 585).

Destarte, de acordo com as razões já delineadas, inexiste óbice para o levantamento de valores pela parte autora, como determinado na sentença. (sem grifos no original)

Nesse contexto, para verificar se a situação dos autos se enquadra ou não nas hipóteses de levantamento de valores previstas pela Oitava Câmara Cível do TJRJ, seria necessário o reexame de matéria fática, o que é vedado pela Súmula n. 7 do STJ.

Diante do exposto, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, desprovê-lo.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator